

*Helena Valentim*

**Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa**

**Centro de Linguística da Universidade Nova**

### **Modos gramaticais e modalidades. Algumas particularidades do Português Europeu**

#### ***Resumo***

Integrado no quadro mais vasto da problemática da construção da significação linguística e segundo uma perspectiva de análise que compreende a relação entre a significação linguística e a construção de valores referenciais, é objectivo desta comunicação apresentar algumas das particularidades do Português Europeu no que respeita à relação não unívoca existente entre, por um lado, as formas linguísticas dos modos indicativo e conjuntivo e, por outro, os valores da categoria da modalidade por eles marcados, nomeadamente os valores epistémico, apreciativo e intersubjectivo.

Propomos, assim, uma descrição metalinguística destes dois modos gramaticais, em função dos operações enunciativas que as suas ocorrências marcam. Para tal, proceder-se-á a uma descrição e uma explicação semântico-enunciativa de enunciados cuja construção resulta de um encadeamento de operações predicativas e enunciativas, considerando-se que, nesta construção dinâmica de operações e de valores, intervêm, não de forma composicional, mas de forma inter-relacional, todas as unidades que co-ocorrem no enunciado.

#### ***Palavras –chave***

Semântica, Enunciação, Modalidade, Modo gramatical, Pré-construção

### **Grammatical modes and modality. Some specificities of the European Portuguese**

#### ***Abstract***

Concerning the problem of the relation between linguistic signification and the construction of referential values in the framework of a semantic and enuntiative analysis, this article aims at presenting some specificities of the European Portuguese in what concerns the non-univocal relation between the linguistic forms of the *indicativo* and *conjuntivo* grammatical moods and the modality values that they mark in an enunciative sequence, namely the epistemic, appreciative and intersubjective values.

We propose a metalinguistic description of these two grammatical moods, concerning the enunciative operations that their use marks. With this propose, we present a semantic and enunciative description and explanation of some enunciative sequences whose construction results from a connection of predicative and enunciative operations, in which all the linguistic units of the enunciative sequence intervene, in a dynamical construction of operations and values.

### ***Key-words***

Semantics, Enunciation, Modality, Grammatical Mood, Pré-construction

A generalidade das propostas de descrição gramatical não associa a construção de valores de modalidade em português a uma descrição metalinguística dos valores de que são marcadores os modos indicativo e conjuntivo, como, aliás, não se refere à modalidade susceptível de ocorrer numa frase simples (com o valor modal de asserção estrita), por a este não corresponderem marcadores lexicais, morfológicos ou sintácticos. O facto é que, entre os fenómenos do português habitualmente etiquetados de “modais” a que se recorre para uma definição extensional da modalidade, encontram-se as formas susceptíveis de ocupar uma posição “mais alta” na hierarquia sintáctica, verbos que ocorrem como verbos principais de uma frase matriz e introduzem uma estrutura de complementação verbal (como *achar*, *pensar...*), certos adverbiais (como *certamente*, *felizmente*, *lamentavelmente*, *sem dúvida*, *talvez*), assim como certas construções sintácticas (como os adjuntos modais *na minha opinião*, *do meu ponto de vista*, etc). Mas não é só com recurso ao significado lexical dos predicados “mais altos” que se procura representar as modalidades. Também se associa a modalidade a formas inscritas no interior do complemento, como os verbos ditos “auxiliares de modalidade” ou “verbos modais” (como *poder*, *dever*, *ter de* e *parecer*).

Aliás, privilegiado no domínio da lógica, a modalidade é dos temas menos conclusivamente tratados nos estudos linguísticos. Muitas das teorias linguísticas da modalidade, herdeiras da lógica modal clássica, excluem, nas tipologias que propõem, os enunciados declarativos em que não ocorra qualquer uma das “fórmulas” por si consideradas modalizantes. Está, pois, subjacente uma concepção da modalidade enquanto propriedade inerente a sequências lexicalizadas.

No âmbito da Teoria das Operações Predicativas e Enunciativas (TOPE) proposta por Antoine Culioli (veja-se, por exemplo, 1990), a descrição da construção da categoria gramatical da modalidade prevê, na linha daquilo que se expressa em Charles Bally (<sup>4</sup>1965 [1932]: § 28)<sup>1</sup>, que a todo e qualquer enunciado corresponde um valor modal<sup>2</sup>.

Segundo Antoine Culioli, os valores modais - que, com os valores temporais-aspectuais, confluem para a determinação de qualquer enunciado - resultam da localização da relação predicativa em relação ao sujeito enunciador ou a uma classe de sujeitos enunciadores. De acordo com este enquadramento, Antoine Culioli define o *enunciado* como um agenciamento de marcadores de operações abstractas: “Tout énoncé est repéré par rapport à une situation d'énonciation, qui est définie par rapport à un sujet énonciateur (S<sub>0</sub>) [...] et à un temps d'énonciation (T<sub>0</sub>) [...]” (*idem*, 1977: 44)<sup>3</sup>.

O conceito de *sujeito* (S) inscreve-se no sistema linguístico como um parâmetro teórico, metalinguístico, sendo da localização da relação predicativa em relação a este primitivo teórico subjectivo que se estabelece uma classe de sujeitos, localizados entre si, e se constroem, como dizíamos acima, valores referenciais da categoria modalidade<sup>4</sup>. Pela e na enunciação, qualquer “sujeito”, ao instanciar-se como sujeito enunciador, define, como tal, um tempo-espço enunciativo, isto é, constrói um sistema de referência. Consequentemente, sendo o sistema referencial localizador das estruturas abstractas que o sujeito enunciador

---

<sup>1</sup> Bally, apesar de não propor qualquer classificação das modalidades, afirma que a modalidade é “[...] la pièce maîtresse de la phrase, celle sans laquelle il n’y a pas de phrase” e analisa como modais um longo inventário de marcadores como a entoação, a mímica, os modos verbais, os advérbios ou os adjectivos (<sup>4</sup>1965 [1932]: § 36-50).

<sup>2</sup> Por conseguinte, esta concepção de modalidade mais facilmente se filia no critério epistemológico que preside à definição kantiana da modalidade do que a qualquer um dos critérios, lógico ou ontológico, em que se baseia a lógica modal clássica e até a lógica moderna.

<sup>3</sup> Na TOPE, o conceito de enunciado, de estatuto eminentemente abstracto e teórico, define-se, simultaneamente enquanto objecto empírico, isto é, enquanto unidade de observação com uma delimitação material. Este duplo estatuto do conceito de enunciado permite articular o domínio das observações e o domínio teórico, isto é, o nível das representações linguísticas e o nível das representações metalinguísticas.

<sup>4</sup> O sujeito assim compreendido é um dos dois parâmetros que compõem a situação de enunciação (Sit), funcionando em bloco, de forma indissociável do outro parâmetro – o parâmetro espaço-temporal (T). A dissociação destes dois parâmetros não se deve senão à necessidade metodológica da descrição.

constrói pela e na enunciação, é, em simultâneo, consequência e condição de toda a enunciação.

A construção dos valores referenciais da categoria modalidade resulta, por conseguinte, da localização da relação predicativa em relação à classe de coordenadas subjectivas (localizadas, por sua vez, em relação ao sujeito enunciador origem). Mas, como qualquer outra categoria, a categoria da modalidade não funciona de forma estanque. Há uma interdependência na construção dos valores referenciais das diferentes categorias gramaticais, sendo na relação que estabelece com as outras categorias gramaticais (de espaço-tempo, de determinação...) que a modalidade converge para a significação do enunciado.

A concepção culioliana da modalidade conduz este autor a propor uma tipologia quadripartida de valores modais<sup>5</sup>, que é objecto de reflexão por parte de outros autores<sup>6</sup>, sendo mesmo revista e reformulada com alterações por exemplo por Maria Henriqueta Costa Campos (2001a).

Partindo dos mesmos pressupostos teóricos expostos por Antoine Culioli – nomeadamente, de que a construção da categoria da modalidade de um enunciado resulta da localização da relação predicativa em relação ao parâmetro sujeito da enunciação – Maria Henriqueta Costa Campos propõe uma tipologia tripartida da modalidade: modalidade epistémica, modalidade apreciativa e modalidade intersujeitos (Campos; Xavier 1991: 338-354).

Vejamos algumas das particularidades do PE no que respeita à relação existente entre, por um lado, as formas linguísticas dos modos indicativo e conjuntivo e, por outro, os valores da categoria da modalidade apreciativa.

No caso da modalidade apreciativa – constrói-se “[...] um juízo de valor, [...] uma apreciação sobre uma relação predicativa já constituída e validada (ou validável)” (Campos;

---

<sup>5</sup> Os quatro tipos de modalidade identificados por Culioli são “(1) affirmatif ou négatif, injonctif, etc. (2) certain, probable, nécessaire, etc. (3) appreciative [...] (4) pragmatique, en particulaire mode allocutoire, causative, bref, ce qui implique une relation entresujets” (1968: 112)

<sup>6</sup> Refira-se, a título de exemplo, Bouscaren; Chuquet (1987: 36, 167); Vignaux (1988: 110-111); Groussier; Rivière (1996: 120-121) e Deschamps (1998: 132-133), que, de diferentes maneiras, propõem um aprofundamento dos critérios que lhe subjazem a esta tipologia culiliana.

Xavier, *ibidem*: 341). Não está, portanto, em causa a validação da relação predicativa. Uma asserção apreciativa, positiva ou negativa (isto é, de aprovação ou de reprovação), pode, efectivamente, corresponder apenas à construção, por parte do enunciador, de uma apreciação sobre o carácter bom ou mau, favorável ou desfavorável, do conteúdo proposicional de uma relação predicativa construída como validada (ou como não validada) noutra situação de enunciação (Sit) que não na situação de enunciação em curso (Sit<sub>0</sub>). Por exemplo, nos enunciados que se seguem, as asserções modalizadas apreciativamente correspondem a pré-construídos<sup>7</sup>:

(1) Foi bom que o Gil tenha plantado / plantasse uma árvore (Campos; Xavier, *ibidem*: 341)

(2) Acho mal que a Luisa não estude de manhã.

A construção e a validação da relação predicativa <o Gil, plantar, árvore> e a não-validação da relação predicativa <Luisa, estudar, de manhã> dão-se numa Sit distinta de Sit<sub>0</sub>, facto de que é marcador o modo conjuntivo do predicado da subordinada, num e noutra enunciados (*tenha plantado / plantasse, estude*). Estes dois enunciados (1 e 2) correspondem, segundo proposta de Paul Kiparski e Carol Kiparski (1970), a construções factivas, que, sendo susceptíveis de ser descritas em termos de pré-construído, constituem um exemplo de modalidade apreciativa<sup>8</sup>.

Consideremos ainda os enunciados 3 e 4:

---

<sup>7</sup> O conceito de *pré-construído* é bastante importante (operatório) na descrição metalinguística destes enunciados com valor modal apreciativo: correspondendo a uma “[...] estrutura, verbalizada ou não, assumida como validada pelos participantes da enunciação numa situação de enunciação Sit<sub>1</sub>, disjunta de Sit<sub>0</sub>“ (Campos, 2001: 171).

<sup>8</sup> O conceito de *pré-construído* permite explicar os enunciados classificados, por Kiparski; Kiparski (1970), como factivos e que estes autores descrevem com recurso ao conceito de *pressuposição* e em termos de verdade da preposição, assumida por parte do sujeito. Aliás, entre os verbos assinalados como factivos, incluem-se vários (sobretudo predicados adjetivais) que diríamos, de acordo com a definição culioliana de modalidade, marcadores de modalidade apreciativa (por exemplo: “*significant, odd, tragic, exciting, relevant, counts, makes sense, suffices, amuses, bothers* [...]” (*idem, ibidem*: 143)).

(3) É surpreendente que ele venha

(4) Lamento que não tenhas gostado da viagem

Nestes exemplos, são marcadores do valor modal apreciativo, por um lado, a relação de subordinação, comum aos dois casos, em que os predicados factivos da relação imbricante (*ser surpreendente* e *lamentar*) são também apreciativos; por outro, “o estatuto metalinguístico de pré-construído, isto é, de uma asserção construída como validada numa situação de enunciação distinta de Sit<sub>0</sub>” (Campos, 2001: 171) de cada uma das relações imbricadas (*ele vem* e *não gostaste da viagem*), sobre a qual incide a operação modal apreciativa. Veja-se o emprego do conjuntivo (*venha, tenha gostado*).

Contrariando a afirmação de que, com a construção de valores modais de tipo apreciativo, não está em causa a validação da relação predicativa, também é possível que, conforme se observam Maria Henriqueta Costa Campos e Maria Francisca Xavier (1991: 341), a modalização apreciativa incida sobre uma relação predicativa que é construída e validada (ou não validada) na mesma situação de enunciação (Sit<sub>0</sub>). São exemplo desta situação os seguintes enunciados:

(5) Felizmente, o Gil plantou / está a plantar / vai plantar uma árvore (Campos; Xavier, *ibidem*)

(6) Desgraçadamente, a Ana não foi / vai ao cinema

Se, por um lado, a construção exclusiva da modalidade apreciativa (sem que se dê na mesma Sit a construção e validação / não-validação da relação predicativa) é marcada, ora por uma estrutura de tipo impessoal (*foi bom que, é surpreendente que*), ora por uma estrutura pessoal (*acho mal que, lamento que*) mas sempre com um complemento frásico no modo conjuntivo, por outro lado, a modalização apreciativa associada à construção, em Sit<sub>0</sub>, da relação predicativa e da sua asserção (positiva ou negativa) é marcada pelo modo indicativo (no pretérito, no presente ou no futuro) que se combina com o predicado verbal (veja-se *idem, ibidem*)<sup>9</sup>.

---

<sup>9</sup> Também certas exclamativas podem ser marcadoras de modalidade apreciativa, particularmente, quando se constrói um valor de alto grau, marcado pela especificidade da ordem das palavras e da curva melódica. Da

São também marcadoras de um valor modal apreciativo as expressões predicativas, nominais (ou predicados nominais), *achar interesse*, *achar piada*, mas também as expressões predicativas adjectivais (ou predicados adjectivais) *achar interessante*, *achar engraçado* (enunciados 7 e 8):

(7) Ele *acha* interessante que as tuas redes neuronais se tenham configurado desse jeito

(8) *Achei* engraçado mascarares-te de fantasma

Em ambos os enunciados, as asserções modalizadas apreciativamente correspondem, efectivamente, a pré-construídos. A construção e a validação das relações predicativas <as tuas redes neuronais, configurar-se, desse jeito> (7), <tu, mascarares-te, de fantasma> (8) dão-se numa situação de enunciação (Sit) distinta de Sit<sub>0</sub><sup>10</sup>.

No enunciado 7 (como em 3 e 4), o estatuto metalinguístico de pré-construído inerente à construção de um valor modal apreciativo apresenta-se marcado no modo do conjuntivo do verbo da imbricada (*se tenham*). Com o verbo da relação imbricante no infinitivo flexionado, o enunciado 8 ilustra a possibilidade de alternância existente, em contextos de complementação, entre os empregos do conjuntivo e do infinitivo, flexionado ou não flexionado (veja-se T. Oliveira, 2002). A forma não finita do complemento proposicional, neste caso flexionado<sup>11</sup>, marca, igualmente, a validação da relação predicativa imbricada

---

mesma forma, o adjectivo, quando anteposto relativamente ao nome é uma possível marca lexical de um valor modal apreciativo - caso em que o mesmo valor não deixa de ser marcado também, quer prosodicamente, quer pela ordem das palavras.

<sup>10</sup> A este propósito, veja-se, por exemplo, os termos em que, em J. Fonseca (2001), se refere a esta realidade. Retomando o conceito de bidireccionalidade, enquanto característica dos processos mentais (Halliday, 1985), para o reconhecer extensivo a predicados que, como os aqui exemplificados, podem ser nominais e adjectivais, em J. Fonseca (*ibidem*), faz-se menção precisamente do facto de o segundo actante destes predicados receber “uma interpretação proposicional”, em virtude de denotar “um estado de coisas projectado como verdadeiro, por força da factividade positiva (em alguns casos semifactividade)” (*idem, ibidem*: 11). Por isso mesmo – continua este autor – o segundo actante, ou complemento proposicional, “pode ser introduzido pelo segmento *o facto de*, conduzindo, então, ou a *o facto de que F* ou a *o facto de F<sub>infinitiva</sub>*” (*idem, ibidem*).

<sup>11</sup> Admitindo a hipótese de o verbo da imbricante ocorrer no infinitivo não flexionado, estaríamos, necessariamente, perante um enunciado cujos sujeitos das relações imbricante e imbricada seriam correferenciais. Veja-se, por exemplo, *Achei engraçado passear mascarado de fantasma*.

numa outra situação de enunciação. Sendo o infinitivo neutro quanto à referência temporal, do valor de anterioridade (de  $T_2$  em relação a  $T_0$ ), marcado pelo tempo gramatical pretérito do verbo modal (*achei*), decorre a construção da validação da relação predicativa imbricada noutra situação de enunciação, isto é, noutra  $T$ .

De acordo com as sínteses propostas por Maria Henriqueta Costa Campos e Maria Francisca Xavier (1991) e também por Maria Henriqueta Costa Campos (1997b) e retomadas por Teresa Oliveira (2000 e 2002), o modo conjuntivo, enquanto marcador do facto de a relação predicativa não ter sido validada nem não validada em  $Sit_0$ , não marca, em todos os contextos linguísticos que esta tenha sido validada ou não validada numa situação de enunciação distinta de  $Sit_0$ . Refira-se, pois, que, não tendo sido validada nem não validada em  $Sit_0$ , a relação predicativa pode ter sido construída como validável ou não validável. Porém, neste caso, não é de natureza apreciativa o valor modal que se constrói. Veja-se, respectivamente, os casos dos enunciados que se seguem, um (9) com valor volitivo, outro (10) com valor epistémico, outro ainda (11) expressando uma indecisão:

(9) A Ana deseja que te corra tudo bem

(10) Duvido que alguém me telefone

(11) Não sei se te diga o que penso

No caso da modalidade intersujeitos não está em causa a validação ou a não-validação da relação predicativa. Explicitam-se, isso sim, relações de vontade, de permissão, de obrigação, de restrição, que emanam de uma fonte deôntica, explícita ou implícita (enunciador-locutor, que notaremos com o índice  $1 - S_1$ )<sup>12</sup>, e que recaem sobre o co-enunciador, directa ou indirectamente, pressionando-o ou coagindo-o a realizar a situação

---

<sup>12</sup> Na análise dos valores de modalidade intersujeitos, como de modalidade apreciativa, de modalidade assertiva, ou, de forma mais evidente, de modalidade epistémica (conforme tipologia culioliana), é fundamental ter em conta, não apenas a situação de enunciação origem ( $Sit_0$ ), mas a classe de situações de enunciação construídas a partir desta, e que inclui a situação de locução ( $Sit_1$ ).

(necessariamente dinâmica) descrita pela relação predicativa. Por outras palavras, o enunciador-locutor age sobre o co-enunciador (sujeito do enunciado ou não) a fim de que este realize agentivamente o conteúdo da relação predicativa modalizada.

São marcadores privilegiados deste valor modal o modo imperativo (enunciado 12), seus substitutos (formas de cortesia, etc) (enunciado 13), além dos modais deônticos (*dever* e *poder*) (enunciados 14 e 15), enquanto expressão do sub-tipo específico da modalidade intersujeitos que é a modalidade deôntica.

(12) Faz imediatamente a tua cama

(13) Importas-te de me passar o pão?

(14) Deves praticar judo

(15) Podes praticar judo

Nestes enunciados, o sujeito enunciador-locutor constitui o sujeito do enunciado ( $S_2$  e co-enunciador) como alvo numa relação interagentiva, em particular com valor modal deôntico de obrigação (14), de permissão (15), cuja origem é ele mesmo (o sujeito enunciador-locutor). Não está aqui em causa a validação, por uma modalização com valor de asserção estrita, da relação entre o sujeito do enunciado (o co-enunciador) e as relações predicativas não saturadas (<( ) fazer a cama>, <( ) passar o pão> e <( ) praticar judo>). Está em causa a validação, por parte do enunciador-locutor, da necessidade da relação de instanciação, por  $S_2$ , do lugar argumental vazio da relação predicativa<sup>13</sup>.

---

<sup>13</sup> Por exemplo, numa das interpretações possíveis do enunciado (15), está em causa um valor de permissão a que está subjacente, em virtude da operação de percurso de que *poder* é marcador, a construção, na sua totalidade, do domínio das ocorrências abstractas da relação predicativa modalizada. O valor de permissão é descrito por Campos (1998: 280) enquanto valor “[...] representável por uma bifurcação cujo vértice se situa em Sit<sub>i</sub>, dirigindo-se os ramos, respectivamente, para o interior e para o exterior do domínio nocional” (*idem, ibidem*). O enunciador-locutor, origem da permissão, constitui o co-enunciador como alvo deôntico, concedendo-lhe “[...] a possibilidade de escolher o ramo que se dirige para o interior, onde se situam as ocorrências que validam <p>, ou o ramo que se dirige para E, onde se situam as ocorrências que validam <não-p>” (*idem, ibidem*).

No enunciado (15), a origem do valor modal de permissão pode ainda ser, não o sujeito enunciador-locutor, mas sim uma outra fonte de autoridade. Neste caso, o enunciado, parafraseável por “Podes praticar judo. O médico autorizou-to”, evidencia também um valor epistémico: o enunciador-locutor constrói, dissociada referencialmente de si, uma origem da permissão e institui-se como fonte do conhecimento.

Também aos enunciados (16) e (17) se pode associar um valor modal intersujeitos marcado igualmente pelo emprego do conjuntivo ao nível da imbricada (*queiras, prepares*):

(16) Eu por mim *acho* que de modo algum *queiras* curá-la à pressa, porque *lhe* pode fazer mal (Ref: L0290P0585X)

(17) *Acho* bem que te prepares para o pior

Mantém-se, nestes casos, a construção de um valor modal apreciativo. Mas o carácter prospectivo associado à relação predicativa imbricada, isto é, o facto de esta se apresentar como validável numa situação de enunciação distinta de Sit<sub>0</sub>, permite reconhecer a construção de um “valor directivo indirecto” (F. I. Fonseca 1994: 143), que instaura uma relação intersubjectiva e que é, enquanto forma de modalidade intersujeitos, frequentemente, marcado pelo emprego do modo conjuntivo. Prende-se com a construção de actos directivos indirectos, “[...] em que a forma indirecta de agir sobre o interlocutor consiste em atenuar, submetendo-o (cortês ou ironicamente) a uma *condição implícita*, quer um pedido (*Se pudesses abrir a janela...*), quer uma ordem (*Se te calasses!*), quer uma ameaça (*E se apanhasses agora duas bofetadas?*)” (*idem, ibidem*: 143).

Não estando em causa, no domínio da modalidade intersujeitos, a validação ou não-validação da relação predicativa, o modo conjuntivo surge como marcador privilegiado deste valor. No enunciado (16), por exemplo, explicita-se uma relação de restrição, que emana de uma fonte deôntica e que recai sobre o co-enunciador, coagindo-o, de forma indirecta, a realizar a situação descrita pela relação predicativa.

Uma referência à relação entre a negação e as propriedades específicas de alguns verbos conceptuais também permite dar conta de algumas das particularidades do PE no que respeita à relação existente entre, por um lado, os modos indicativo e conjuntivo e, por outro, os valores da categoria da modalidade.

Consideremos os dois enunciados 18 e 18a:

(18) Penso que a folhagem não nos oculta ninhos (Ref: L0093P0155X)

(18a) Não penso que a folhagem nos oculte ninhos

Afectado de uma modalidade negativa ao nível da relação predicativa imbricada (*'penso que não-p'*) ou ao nível da matriz (*'não penso que p'*), os enunciados 18 e 18a equivaler-se-ão semanticamente, uma vez que não se reconhece haver entre ambos uma contradição ao nível do sentido construído. Efectivamente, apesar de, no enunciado 18a, o operador linguístico de negação se posicionar ao nível da relação imbricante afectando o verbo (*'não penso que p'*), o valor de negação incide semanticamente sobre a relação predicativa imbricada, pela construção da sua não validação subjectiva.

Encontramos aqui um facto clássico, inicialmente definido como uma tendência registada em muitas línguas de o verbo da matriz atrair a si a forma negativa que, sob o ponto de vista lógico, pertence à subordinada. Objecto de reflexão, primeiramente, de filósofos e lógicos<sup>14</sup> e, depois, de linguistas, este fenómeno revelou-se, pois, um processo sintáctico-semântico e pragmático com manifestação nas diferentes línguas e extensivo a também distintas classes de predicados<sup>15</sup>.

---

<sup>14</sup> Refiram-se as reflexões de que em Horn (1989) se dá conta, de Santo Anselmo a Quine e a outros filósofos, cuja abordagem lógica permitiu identificar um problema que, desde logo, se revelou complexo (*idem, ibidem*: 308ss).

Por exemplo, na reflexão proposta em Quine ([1956] 1990: 145-146), por um lado, reconhece-se o paralelismo existente entre *x does not believe that p* e *x believes that not p*. Por outro lado, estabelece-se a diferença entre estas duas formas de expressão de *believe* (“referentially transparent”) e *it is not the case that x believes that p*, distinção importante, abordada nos estudos gramaticais em termos de negação interna e negação externa (ver, por exemplo, López, <sup>3</sup>2000 [1999]: 2575ss).

<sup>15</sup> Quanto às diferentes manifestações deste fenómeno nas diferentes línguas, refira-se, por exemplo, que *supor*, do português, como *suppose* do inglês, regista o transporte da negação, contrariamente ao que se dá no castelhano em que *suponer* não admite esta transformação (ver Bosque, 1980: 56). Da mesma forma, se *hope*, do inglês, não regista, *hoffen*, do alemão (aliás, como *spero*, do latim), regista o transporte da negação.

Revelador das diferentes manifestações deste fenómeno em diferentes línguas é também o facto, referido em Llorens (1929 *La negación en el español antiguo con referencia a otros idiomas*, Arrejo de la RFE, Madrid, *apud* Bosque, 1980: 56), de, em russo, por exemplo (mas também noutras línguas eslavas), às formas positiva e negativa de um mesmo verbo corresponderem significados diversos em virtude do transporte da negação: *veleti* significa “mandar” e *ne veleti* significa “proibir”.

Descrito formalmente enquanto característica sintáctica, este fenómeno é comumente designado como “negação antecipada” pela gramática tradicional, ou como “subida da negação” (“NEG-raising”), “transferência da negação” ou “transporte da negação” (“NEG-transportation” ou “NOT-transportation”) pela gramática transformacional. Segundo esta perspectiva, a forma transportada é a exemplificada no enunciado 18a, aquela que regista a subida ou transporte do operador linguístico de negação da relação predicativa imbricada para a imbricante.

Numa perspectiva enunciativa, a equivalência (ou não-contradição) semântica existente entre estes dois enunciados deve-se ao facto de a modalização negativa ao nível da relação imbricante não comprometer a localização da relação predicativa imbricada em relação à fonte ou sujeito modal. A negação ao nível da imbricante - na forma ‘*não pensar que p*’, portanto, em 18a - não bloqueia a responsabilização da fonte modal em relação ao carácter não validável da relação predicativa imbricada. É sempre a relação predicativa imbricada que é negada, que é construída como subjectivamente não validável<sup>16</sup>.

Assim, o facto de o fenómeno do “transporte da negação” ser partilhado com outros verbos assertivos fracos, cujo semantismo marca uma determinada modalização da relação predicativa imbricada – como *julgar, acreditar, crer, supor* -, confirma que a sua natureza não é exclusivamente sintáctica, sendo passível de uma descrição e explicação transcategoriais. A modalidade epistémica de que, por exemplo, *pensar*, nos enunciados em análise, é marcador constitui, por conseguinte, um dado fundamental para uma explicação, no quadro da TOPE, da forma como este verbo (mas também *achar, julgar, crer*) se comporta com a construção de uma modalidade negativa quando integrado numa relação de imbricação. Em termos formais, a negação do valor epistémico é impossível: os valores modais de asserção estrita, positiva ou negativa, não podem combinar-se ou coexistir, ocorrem necessariamente em alternativa. Sendo positivas todas as modalidades, a modalidade epistémica não pode ser negada. ‘*Não pensar que p*’ (como ‘*não crer que p*’, ‘*não julgar que p*’) exprime ainda uma atitude empenhada do sujeito que é construído como fonte modal em face da validabilidade ou

---

<sup>16</sup> Aliás, tendo presente a operação de que *pensar*, na forma positiva (‘*pensar que p*’), é marcador – operação de ponderação de uma das zonas do domínio nocional (I) sem que se dê a eliminação da zona alternativa (E) - negar, de maneira explícita, o carácter validável da relação imbricada (p) (‘*não pensar que p*’) é viabilizar que, por inferência, se opte pelo complementar linguístico de p, isto é, por *não-p*, ou  $\sim p$  (*crer que não-p*, ou  $\sim p$ ) (veja-se Ratié, 1991).

não-validabilidade de *p*; exprime ainda uma crença, uma convicção. ‘*Não crer que p*’ não é, aliás, rejeitar a hipótese de se ter uma opinião sobre *p*<sup>17</sup>.

Por conseguinte, a negação ao nível da relação imbricante não bloqueia a responsabilização por parte do enunciador em relação ao carácter subjectivamente validável ou não validável da relação predicativa. A negação de *creio* (‘*não creio que p*’) corresponde, não à ausência de crença, mas sim à existência de uma crença negativa. É por isso que se pode defender que não há qualquer contradição entre o enunciado 18 (‘*penso que não-p*’) e 18a (‘*não penso que p*’), uma vez que está em causa a construção do mesmo valor modal: em ambas as construções, a relação predicativa imbricada é construída como não-validada subjectivamente pelo enunciador.

Mas, se a não contradição existente entre os enunciados 18 e 18a nos parece incontestável sob o ponto de vista do valor modal epistémico construído, como explicar enunciativamente a diferença em termos de força da negação? Como explicar os diferentes efeitos de sentido e que relevância tem o modo indicativo ou conjuntivo ao nível da relação imbricada?

Conforme atrás dizíamos, negar, de maneira explícita, a convicção de *p* (‘*não pensar que p*’) é viabilizar que, por inferência, se opte pelo complementar linguístico de *p*, isto é, por não-*p* (‘*pensar que não-p*’). Quando, como no enunciado 18a, se nega implicitamente a assertabilidade de *p*, dá-se a entender a assertibilidade de não-*p*. Neste caso, o enunciador sugere, mais do que constrói, a não validação da relação predicativa. Negar a convicção de que *a folhagem nos oculta ninhos* é implicitamente afirmar a convicção inversa, isto é, a convicção de que *a folhagem não nos oculta ninhos*. Em síntese, comparando, no enunciado 18a (‘*não penso que p*’), a força assertiva é menor do que no enunciado 18 (‘*penso que não-p*’). Neste último enunciado, o enunciador responsabiliza-se directa e explicitamente pela não-validação subjectiva da relação predicativa. No primeiro enunciado, a força assertiva é menor, pois é de forma indirecta e implícita - isto é, sugerindo - que o enunciador assume a não-validação subjectiva da relação predicativa, ao negar explicitamente o seu contrário<sup>18</sup>.

---

<sup>17</sup> ‘*Não crer que p*’ é, nas palavras de Ratié (1991), “refuser une opinion au profit d’une autre, refuser un choix assertif pour rendre possible l’affirmation de son contraire sans que l’on mette en doute l’idée que l’on a fait un choix.” (*idem, ibidem*: 137).

<sup>18</sup> Em Ratié (1991: 135), descreve-se os enunciados de tipo ‘*não pensar que p*’ como “eufemísticos”: o enunciador afirma uma convicção, através da negação do seu contrário. Em termos de estratégia argumentativa, esta construção dissimulada revela-se de extrema utilidade naquelas situações discursivas em que, por uma

Visto que, pelo menos explicitamente, nada mais é dito, cabe, portanto, ao co-enunciador inferir que, se o enunciador ‘*não pensa que p*’, então ‘*pensa que não-p*’. Ao recusar-se a construir a validação de *p*, o enunciador deixa antever a possibilidade logicamente entendida de assumir a não-validação de *p*. Assim, num enunciado como 18a, está construída, enquanto potencialidade, uma inferência, inferência esta que remete, naturalmente, para a construção do complementar linguístico já que a negação apresenta, de forma implícita, o complementar linguístico como asserível.

Neste enunciado (com a forma ‘*não pensar que p*’), o grau de convicção menos forte que o enunciador evidencia face à não-validação de *p* é associável ao valor marcado pelo emprego do modo conjuntivo ao nível da relação imbricada (*oculte*). Dir-se-á que o uso do conjuntivo marca a distanciação necessária quando ao enunciador interessa expressar dúvidas sobre, neste caso, a validação da relação predicativa. Inversamente, na forma ‘*pensar que não p*’ (enunciado 18), o modo indicativo que caracteriza o verbo da imbricada (*oculta*) marca precisamente que, comparativamente com o que se dá na forma ‘*não pensar que p*’, o enunciador se compromete num grau maior com a não-validação da relação predicativa. O valor modal construído é, por conseguinte, mais próximo da assunção total da não-validação da relação predicativa, mais próximo da asserção estrita.

No enunciado 18a (‘*não penso que p*’), o modo conjuntivo que caracteriza o verbo ao nível da relação imbricada (*oculte*) marca precisamente que não se está perante uma asserção estrita: o enunciador não se compromete com a não-validação da relação predicativa. O modo conjuntivo marca que a relação predicativa não é não-validada em  $Sit_0$ , sendo construída como não-validável.

É, aliás, um fenómeno comum a constância do emprego do conjuntivo e a não alternância quanto ao modo do verbo da relação imbricada, quando se afecta a relação imbricante de uma modalidade negativa (conforme se verifica no enunciado 18a)<sup>19</sup>. A

---

questão de precaução ou de delicadeza, o enunciador quer sugerir, mais do que dizer de forma categórica, quer dar a entender, mais do que ostentar uma convicção. Por conseguinte, o enunciador opta por uma construção discursivamente prudente, uma vez que, assim, não lhe poderá ser imputável a asserção de não-*p*, podendo, inclusivé, em situações delicadas, refugiar-se hipocritamente por detrás do não dito e defender-se da acusação de alguma vez ter asserido não-*p*.

<sup>19</sup> Com o intuito de ilustrar a forma como a tradição gramatical se refere a este fenómeno, veja-se, por exemplo, a formulação proposta em Dias (1970): “As orações substantivas introduzidas pela conjunção *que*, dependentes [...] dos verbos que exprimem a ideia de pensar ou saber, ou perceber [...] podem ter o verbo no conjuntivo, quando a oração subordinante é negativa, ou interrogativa de sentido negativo, e se pretende realçar

generalidade dos estudos sobre o conjuntivo apresenta o emprego dependente deste modo (isto é, num contexto de subordinação) como podendo decorrer das restrições inerentes ao predicado da relação imbricante (verbal, como os casos em análise, ou adjectival), mas também como podendo ser condicionado pela introdução de uma modalidade negativa em estruturas subordinadas que têm, como é o caso, um determinado tipo de predicado ao nível da relação imbricante. Assim, o facto de, no enunciado 18a, o verbo ao nível da imbricada ocorrer no conjuntivo explicar-se-á em virtude de o sentido negativo da orientação do conhecimento (*'não penso que p'*) ser compatível com uma relação predicativa não asserida, isto é, não construída como não-validada, mas sim como não-validável numa situação de enunciação distinta da situação de enunciação em curso.

Na forma *'não penso que p'*, o conjuntivo ao nível da relação imbricada constitui, por conseguinte, uma marca do facto – atrás referido – de a negação ao nível da imbricante não bloquear a responsabilização da fonte modal em relação ao carácter não-validável da relação predicativa imbricada. Como dizíamos atrás, é sempre a relação predicativa imbricada que é negada, que é construída como subjectivamente não validável – em *'pensar que não-p'* como em *'não pensar que p'*.

Já no enunciado 18, uma vez que a negação apresenta uma força maior, em comparação com 18a, ou seja, que o sujeito modal está mais convicto do carácter, neste caso, não-validável da relação predicativa, não temos, neste enunciado, quaisquer marcas de distanciação. Temos,

---

a negação” (*idem, ibidem*: 205).

Efectivamente, o facto de o modo conjuntivo marcar que a relação predicativa não é não-validada em Sit<sub>0</sub> constitui uma fundamentação teórica, na nossa opinião, adequada à tendente regularidade com que, em *'não pensar que p'*, o verbo da relação imbricada ocorre neste modo verbal. Ainda a mesma explicação teórica permite uma clarificação do que possa ser a menor força da negação inerente a *'não pensar que p'*, em comparação com a da forma *'pensar que não p'*.

Aceite pela maioria dos falantes consultados, não é, no entanto, de excluir a possibilidade de o emprego do conjuntivo poder, na forma transportada (*'não pensar que p'*) alternar com o indicativo:

- (i) Não penso que a folhagem nos *oculta* ninhos

Nesta situação, o indicativo ao nível da relação imbricada marca a construção da relação predicativa na situação de enunciação em curso (Sit<sub>0</sub>), mais concretamente, a construção de um valor mais próximo da não-validação da relação predicativa pelo sujeito modal. A relação predicativa imbricada do enunciado (i) poderá, então, corresponder a uma retoma de um enunciado produzido por outro enunciador (*a folhagem oculta-nos ninhos*) e à demarcação, por parte do enunciador, da validação que aí se constrói da relação predicativa.

pelo contrário, como marca de actualização, o emprego do modo indicativo<sup>20</sup>. No enunciado 18, o sentido positivo da orientação do conhecimento veiculado por *pensar* (*'penso que não-p'*) é compatível com o emprego do modo indicativo ao nível da relação imbricada, pois o modo indicativo marca a construção da relação predicativa na situação de enunciação em curso, mais concretamente, a construção de um valor mais próximo da não-validação da relação predicativa pelo sujeito modal.

### Referências bibliográficas

- BALLY, Charles (<sup>4</sup>1965 [1932]) *Linguistique générale et linguistique française*. Berna, Éditions Francke.
- BOSQUE, Ignacio (1980) *Sobre la negación*. Madrid, Cátedra.
- BOUSCAREN, Janine.; Jean CHUQUET (1987) *Grammaire et textes anglais. Guide pour l'analyse linguistique*. Éditions Ophrys.
- CAMPOS, Maria Henriqueta Costa  
(1997a) *Tempo, aspecto e modalidade*. Estudos de linguística portuguesa. Porto, Porto Editora.  
(1997b) "Sobre a modalidade". Em *Sentido que a vida faz*. Estudos para Óscar Lopes. Porto, Campo das Letras: 539-545.  
(1998) *Dever e Poder*. Um subsistema modal do português. Lisboa, JNICT/FCG.  
(2001a) "Enunciação mediatizada e operações cognitivas". Em Augusto Soares da SILVA (org.) *Linguagem e cognição. A Perspectiva da linguística cognitiva*. Braga,

---

<sup>20</sup> Da mesma forma como não é de excluir a possibilidade de o emprego do conjuntivo poder, na forma '*não pensar que p*' alternar com o indicativo – *vimo-lo atrás -*, também na forma '*pensar que não p*' o indicativo pode alternar com o conjuntivo:

- (i) Penso que a folhagem não nos *oculte* ninhos

Neste enunciado, em virtude do modo conjuntivo (*oculte*), a relação predicativa é construída como não-validável, numa situação de enunciação distinta da situação de enunciação em curso. Temos, mais especificamente, neste caso, uma não-validabilidade prospectiva. A negação tem, por conseguinte, uma força menor do que no caso em que o verbo da imbricada ocorra no indicativo (enunciado 18: *Penso que a folhagem não nos oculta ninhos*). Confirma-se, pois, a forma como os modos indicativo e conjuntivo são marcadores da construção de operações que subjazem à diferente força da negação.

- Associação Portuguesa de Linguística, Universidade Católica Portuguesa – Faculdade de Filosofia: 325-340.
- (2001b) “Gramática e construção da significação”. Em Fernanda Irene FONSECA; Inês M. DUARTE; Olívia FIGUEIREDO (orgs.) A Linguística na formação do professor de Português. Porto, Centro de Linguística da Universidade do Porto.
- CAMPOS, Maria Henriqueta Costa; Maria Francisca XAVIER (1991) *Sintaxe e Semântica do Português*. Lisboa, Universidade Aberta.
- CULIOLI, Antoine
- (1968) “La formalisation en linguistique”. *Cahiers pour l’Analyse*. N° 9: 106-117.
- (1977) “Notes sur détermination et quantification: définitions des opérations d’extraction et de fléchage”. Em *Projet interdisciplinaire de traitement formel et automatique des langues naturelles*. Université Paris VII / DRL.
- (1990) *Pour une linguistique de l’énonciation. Opérations et représentations 1*. Paris, Éditions Ophrys.
- DESCHAMPS, Alain (1998) “Modalité et construction de la référence”. Em Nicole le QUERLER; Eric GILBERT (dirs.) *La Référence 1: Statut et processus*, CERLICO 11. Rennes, Presses Universitaires de Rennes: 127-145.
- DIAS, Augusto Epiphânio da Silva (1970) *Syntaxe Histórica Portuguesa*. Lisboa, Livraria Clássica Editora.
- FONSECA, Fernanda Irene (1994) *Gramática e Pragmática. Estudos de Linguística Geral e Aplicada ao Ensino do Português*. Porto, Porto Editora.
- FONSECA, Joaquim (2001) “Aspectos centrais da semântica-sintaxe e pragmática dos predicados de sentimento”. Em *Língua e Discurso*. Porto, Porto Editora: 7-50.
- GROUSSIÈRE, Marie-Line.; RIVIÈRE, Claude; (eds.) (1996) *La notion*. Paris, Éditions Ophrys.
- HALLIDAY, Michael (1985) *An Introduction to Functional Grammar*. London, E. Arnold.
- HORN, Laurence (1989) *A Natural History of Negation*. Chicago. The University Press of Chicago.
- KIPARSKY, Paul; Carol KIPARSKY (1970) “Fact”. Em Manfred BIERWISCH; Karl Erich HEIDOLPH (eds.) *Progress in Linguistics*. Paris, Mouton: 143-173.
- LÓPEZ, Cristina Sánchez (2000 [1999]) “La negación”. Em Ignacio BOSQUE; Violeta DEMONTE (dirs.) *Gramática descriptiva de la lengua española*. Madrid, Espasa Calpe: 2561-2634.
- OLIVEIRA, Teresa

- (2000) “O Conjuntivo nas construções relativas com valor referencial”. Em Eberhard GÄRTNER; Christine HUNDT; Axel SCHÖNBERGER (eds.) Estudos de gramática portuguesa (I). Frankfurt am Main, TFM, Biblioteca luso-brasileira 12: 81-98.
- (2002) “Valores do conjuntivo em construções sintacticamente dependentes”. Em Maria Helena Mira MATEUS; Clara Nunes CORREIA (orgs.) Saberes no Tempo. Homenagem à Professora Maria Henriqueta Costa Campos. Lisboa, Edições Colibri: 417-425.
- QUINE, Willard Van Orman ([1956] 1990) “Quantifiers and Propositional Attitudes”. Em Aloysius P. MARTINICH (ed.) The Philosophy of Language. New York, Oxford, Oxford University Press: 353-359.
- RATIÉ, Michel (1991) “Négation et verbes d’opinion”. Cahiers de recherche (Paris, Éditions Ophrys) T 5: 129-152.
- VALENTIM, Helena (2005) *Um Estudo semântico-enunciativo de predicados subjetivos do Português Europeu*. Dissertação de Doutoramento, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas – Universidade Nova de Lisboa.
- VIGNAUX, Georges (1988) *Le Discours acteur du monde, énonciation, argumentation et cognition*. Paris, Éditions Ophrys, Collection HDL.